V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

JOSE MIGUEL BUSQUETS

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

S678
Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/Unisinos/ URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: José Filomeno de Moraes Filho, Jose Miguel Busquets – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-269-9
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Sociedade. 3. Conflito. 4. Movimentos sociais. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apresentação

Esta publicação – "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" - resulta da prévia seleção de artigos, e do fecundo debate que se seguiu à apresentação oral dos trabalhos, no Grupo de Trabalho homônimo, o qual se reuniu em 9 de setembro do ano em curso, durante o V Encontro Internacional do CONPEDI, realizado em Montevidéu (Uruguai), nos últimos dias 8 a 10 de setembro.

O V Encontro – enfatizando a problemática das "instituições e o desenvolvimento no momento atual da América Latina" como tema central – permitiu que, às margens do Rio da Prata, na Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai (UDELAR), se ferisse intensa discussão acadêmica, unindo teoria e empiria na abordagem do fenômeno sócio-político-jurídico.

Assim e por meio de abordagem multi e interdisciplinar, o GT "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" proporcionou, entre outros aspectos, o intercambio sobre a nova agenda dos movimentos sociais. Os artigos utilizaram metodologia construtivista, mostrando a nova agenda de pesquisa das ciências jurídicas.

Por tudo, tem-se a certeza de que, mais uma vez, o GT "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" cumpriu com os objetivos a que se propõe, nomeadamente o de levar à comunidade acadêmica e à sociedade uma contribuição relevante acerca da problemática dos movimentos sociais. E espera-se que a leitura dos trabalhos aqui publicados, tanto os de cunho normativo quanto os de feição empírica, contribuam para enriquecer o cabedal de conhecimento sobre a temática geral do V Encontro, a saber, as "instituições e o desenvolvimento no momento atual da América Latina".

Prof. Dr. José Miguel Busquets - Universidade da República do Uruguai (UDELAR)

Prof. Dr. Filomeno Moraes - Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

ESPECISMO E SEXISMO: OPRESSÃO E DOMINAÇÃO PATRIARCAL À LUZ DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

ESPECISM AND SEXISM: OPPRESSION AND PATRIARCHAL DOMINATION IN THE BRAZILIAN POLITICAL SCENE

Bruna Kern Graziuso

Resumo

A relação entre opressão animal e opressão feminina é mais forte do que muitos imaginam. Os adjetivos patriarcais usados para denegrir mulheres têm origem em animais não-humanos, classificados como seres inferiores pelos humanos, e por estes utilizados para abate. A relação entre o consumo da carne e dominação masculina serve de metáfora para o cenário político brasileiro atual, onde homens privilegiados tentam, a todo custo, se manterem no poder.

Palavras-chave: Especismo, Sexismo, Feminismo, Opressão, Patriarcado, Política

Abstract/Resumen/Résumé

The relationship between animal oppression and female oppression is stronger than most people imagine. The patriarchal adjectives used to denigrate women comes from non-human animals, labeled as inferior by humans, and by them used for slaughter. The relationship between eating meat and male domination is used here as a metaphor for the Brazilian political scene, where privileged men try to, no matter what, keep their powerful positions.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Especism, Sexism, Oppression, Patriarchy, Politics

1. INTRODUÇÃO

Os animais não-humanos sempre foram vistos como seres inferiores aos humanos. Tratados como objetos, fêmeas são exploradas pela indústria do leite e ovos, terminando com a violência definitiva: o abate para o consumo de sua carne. Com o tempo, essa opressão especista passou a contemplar também uma opressão sexista, com a figura da mulher como ser submisso e inferior ao homem. Apesar de negada por muitas feministas, a teorização sobre animais é fundamental ao feminismo, pois especismo e sexismo partem da mesma premissa: retirada do protagonismo de animais e mulheres, tornando-os sujeitos passivos da figura dominante masculina.

Historicamente, o consumo de carne de animais abatidos era monopólio de homens poderosos. Além de uma distinção de classe, era também uma distinção patriarcal. Mulheres, seres inferiores, consumiam alimentos considerados inferiores, como legumes, verduras e grãos. Uma mulher ganhar um animal para consumo significava um presente do marido, pois, apesar de cuidarem dos animais que iriam para abate, eram proibidas de consumí-los. Este ciclo de tratar o animal como objeto de consumo, matá-lo, fragmentá-lo em pedaços e enfim consumí-lo faz analogia com a opressão feminina: tratadas como objetos, mulheres tem seus corpos usados, oprimidos e, muitas vezes, violentados.

A linguagem humana foi criada por homens, sendo, portanto, especista e sexista. Tendo estes domínio do discurso público, possuem poder de silenciar àqueles que consideram inferiores, em uma teoria de domínio-silenciamento. Mantendo as mulheres caladas, suas necessidades e reinvindicações não são ouvidas. Como animais, elas não possuem voz. Quebrando esse perfil tradicional da figura feminina, as mulheres em posições poderosas como na Presidência da República causam desconforto na sociedade patriarcal, por romperem com o modelo de silenciamento e inferioridade criado pelos homens.

No atual cenário político brasileiro, a Presidente Dilma Rousseff está no centro de um processo em aberto de *impeachment*, respondendo acusações de crime de responsabilidade. Dentro de uma política patriarcal formada em sua maioria por homens brancos conservadores, o processo ora sofrido pela Presidente do Brasil requer análise aprofundada, considerando uma sociedade onde a figura política da mulher é apenas aceita como esposa de um homem poderoso, sem voz e sem poder, bela e decorativa.

2. OBJETIVO

Analisar a relação entre especismo e sexismo, através da relação de opressão que conecta ambos, fundada na linguagem dominante masculina. Avaliar essa dominância masculina e sua ligação com o consumo de carne de animais não-humanos, metáfora para o monopólio de poder no discurso público da sociedade brasileira. Examinar as implicações no cenário político brasileiro atual, com o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

3. METODOLOGIA

Quanto ao objetivo de pesquisa, atribui-se método exploratório, haja vista que se busca aprimorar os conhecimentos, bem como construir hipóteses norteadoras no que diz respeito ao tema em apreço. O procedimento de pesquisa é bibliográfico, objetivando, de forma interdisciplinar, realizar a análise de referenciais teóricos já publicados.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1. RELAÇÃO ENTRE ESPECISMO E SEXISMO

A relação entre especismo e sexismo é bilateral e caminha em mão dupla. Assim como o especismo contribui para a opressão feminina, o sexismo contribui para a opressão de animais não-humanos. A própria submissão feminina, da forma como é praticada em todas as civilizações conhecidas do mundo, veio do modelo de domesticação de animais, que tornou-se o padrão para as outras formas de subordinação social (FISHER, 1979).

Os atos de exploração de animais não-humanos por parte dos humanos são justificados com base na suposta inferioridade animal e superioridade humana, assim tendo a segunda um

direito nato de dominação. Esse simbolismo está enraizado em um poderoso instrumento criado por humanos: a linguagem. Antes mesmo de ser sexista, os hábitos linguísticos possuem raízes no especismo, ou seja, na presunção de que os animais não-humanos são inferiores e desmerecedores de igual consideração e respeito (DUNAYER, 1995).

Através do ponto de vista especista, comparações com animais não-humanos são negativas, em decorrência da inferioridade destes. Nomes pejorativos utilizados para não-humanos muitas vezes tem como alvo mulheres, sendo estes adjetivos patriarcais, com intuito de diminuir a imagem da mulher. Chamar uma mulher de "borboleta social" deveria significar manutenção da vida, dentro da metáfora que a borboleta migra de uma flor para a outra. Contudo, por ser um adjetivo patriarcal, tem significado de frivolidade e promiscuidade. (TODASCO, 1973).

O mesmo ocorre com o adjetivo "galinha", utilizado para definir uma mulher. Dentro da metáfora, o ser humano explora apenas o corpo do animal galinha: seja para fornecer ovos ou para o abate e utilização de sua carne. Aquela galinha que não mais coloca ovos em decorrência de idade avançada, bem como não possui mais carne desejável pelo mesmo motivo, é descartada. Por analogia, o mesmo ocorre com uma mulher que não é mais considerada sexualmente atraente e fértil. Sendo nada mais que um simples corpo, após a exploração, ela não mais possui serventia, restando assim descartada do ponto de vista social (DUNAYER, 1995).

A relação especismo e sexismo fica ainda mais clara ao analisarmos as diferentes conotações dadas aos termos "vaca" e "touro". Enquanto utilizado como adjetivo para definir mulheres, "vaca" tem conotação negativa de promiscuidade; enquanto "touro", ao ser utilizado para definir homens, tem conotação de força e virilidade. A exploração da vaca para a indústria do leite criou uma imagem específica de gênero: mantida constantemente prenha e lactando, é definida como "vaca leiteira". Confinada e tendo sua maternidade negada com a retirada do bezerro logo após o nascimento, o aleitamento se torna algo feito *para ela* invés de *por ela* (HALVERSON, 1976).

Como a maioria dos adjetivos patriarcais sexistas, o termo "cadela", quando utilizado para definir uma mulher, também é sinônimo de promiscuidade. A origem também está no especismo, onde as cadelas não são definidas por suas características de amabilidade e ternura, mas como úteros ambulantes, usáveis e rentáveis para os criadores, com a única função de produzir ninhadas lucrativas. O especismo retira o protagonismo do animal não-humano e torna-o um sujeito meramente passivo. Da mesma forma que a galinha e a vaca, o

sexismo explora o corpo da mulher, tirando seu protagonismo e tornando-a sujeito passivo de uma sociedade patriarcal.

O adjetivo “vaca” é muito diferente do animal vaca, da mesma forma que o adjetivo “galinha” é muito diferente do animal galinha. A linguagem especista utiliza interpretações desdenhosas para manter uma distância emocional entre humanos e não-humanos, distância esta que permite o abuso dos não-humanos sem culpa (DUNAYER, 1995).

A linguagem já era especista antes de ser sexista, afinal, a língua é um monopólio dos seres humanos. A linguagem reflete o ponto de vista do humano, ou seja, é a linguagem do opressor. Quando uma mulher protesta diante de um tratamento injusto e desigual, costuma utilizar frases como: “*eu quero ser tratado como um ser humano. Exijo respeito. Não sou um animal*”. Como o discurso sexista, o discurso especista abriga exploração e abuso, já que a opressão não requer a consciência ou cooperação de suas vítimas (COATS, 1989).

Em decorrência das comparações entre mulheres e animais não-humanos geralmente conterem cunho sexista, muitas mulheres desejam se distanciarem da figura animal. Contudo, a forma de quebrar o paradigma é justamente o contrário: quanto mais tratamos animais não-humanos de forma respeitosa e caridosa, mais nos distanciamos das metáforas especistas e sexistas criadas pela linguagem patriarcal, e assim as mesmas perderiam sua força (DUNAYER, 1995).

A história da linguagem humana é masculina. Homens, com influência política dominante, exerceram muito mais controle do que as mulheres na formação do discurso público. Essa influência desproporcional permitiu que os mesmos formassem o conceito de linguagem aceitável. O patriarcado não teria linguisticamente se apropriado da humanidade, no sentido de “homem” como sinônimo de “ser humano”, se isso não representasse superioridade e privilégio para eles. Ou seja, a figura da humanidade é formada por homens (FRYE, 1975).

A ligação entre especismo e sexismo conecta uma história de devastação, crueldade e dominância masculina. O patriarcado se considera mais humano que as mulheres e, portanto, superior e merecedor de privilégios. Na realidade, o termo “animais” engloba os humanos, necessitando a sociedade evoluir para além do especismo, momento em que o termo “animal” não mais irá depreciar mulheres, mas sim representar sua libertação. Quando a fronteira do especismo for atravessada, fronteira esta que mantém os não-humanos oprimidos, a sociedade terá cruzado a fronteira que limita também as vidas das mulheres (DUNAYER, 1995).

4.2. DOMINAÇÃO MASCULINA E O CONSUMO DE CARNE

Carol J. Adams inicia sua obra *"A Política Sexual da Carne"* narrando sua experiência analisando a história da arte:

> "(...) Uma pintura de Henrique VIII comendo uma torta de carne e rim cumprimentou meu olhar. Dos dois lados de Henrique havia retratos de suas seis esposas e de outras mulheres. Contudo, elas não estavam comendo o mesmo que ele, nem qualquer outra coisa feita de carne. Catarina de Aragão tinha nas mãos uma maçã. A condessa de Mar tinha um nabo; Ana Bolena, uvas vermelhas; Ana de Cleaves, uma pêra; Jane Seymour, mirtilos; Catherine Howard, uma cenoura; Catherine Parr, um repolho." (ADAMS, 2012, p. 58)

As pessoas que têm poder sempre comem carne. Os hábitos dietéticos proclamam as distinções de classe, mas proclamam também as distinções patriarcais. As mulheres, cidadãs de segunda classe, mais provavelmente comem o que numa cultura patriarcal se considera alimento de segunda classe: legumes, verduras, frutas e grãos. O sexismo no consumo de carne recapitula as distinções de classe com o acréscimo de uma peculiaridade: permeia todas as classes a mitologia de que a carne é um alimento masculino e seu consumo uma atividade masculina (ADAMS, 2012).

A carne é vista como uma comida viril e protetora. Lisa Leghorn e Mary Roodkowsky citam esse fenômeno:

> "As mulheres empenham-se numa autoprivação deliberada, oferecendo aos homens as "melhores" comidas em detrimento de suas próprias necessidades nutricionais. Por exemplo, as mulheres e as meninas etíopes de todas as classes são obrigadas a preparar duas refeições, uma para homens e uma segunda, frequentemente sem carne ou outra proteína substancial, para as mulheres. Na verdade, a necessidade proteica dos homens é menor do que a das mulheres grávidas e que amamentam, e a distribuição desproporcional da principal fonte de proteínas ocorre mesmo quando a necessidade de proteína da mulher é maior." (LEGHORN & ROODKOWSKY, 1977, p. 21)

No mundo inteiro se constata esse costume patriarcal. A maioria dos tabus relativos à comida trata do consumo de carne e estabelece mais restrições para as mulheres do que para os homens. As comidas comumente proibidas para as mulheres são frango, pato e porco. Essa

proibição nas culturas não tecnológicas aumenta o prestígio da carne. Mesmo se as mulheres criam porcos, como acontecia nas ilhas de Salomão, raramente lhes era permitido comê-los. Quando ganhavam algum, era apenas por uma concessão do marido (ADAMS, 2012). Os exemplos históricos comprovam a prática:

> "A comida à base de carne é considerada propriedade dos homens. Nas festas religiosas, principal época em que se dispõe carne, ela é distribuída para as famílias de acordo com a quantidade de homens nela existentes. Assim, o sistema de distribuição reforça o prestígio dos homens na sociedade." (SIMOONS, 1967, p. 12)

Em muitos aspectos, a desigualdade de gênero incorpora a desigualdade da espécie proclamada pelo consumo de carne, porque, para a maioria das culturas, a obtenção da carne era tarefa dos homens. A carne era um bem econômico valioso: quem controlava esse bem adquiria poder. Assim, o *status* da mulher é inversamente proporcional à importância da carne nas sociedades não tecnológicas. Existe uma forte correlação entre economias agrícolas e poder das mulheres e economias de base animal e poder dos homens:

> "As características das economias de base animal incluem segregação sexual nas atividades de trabalho; cuidados dos filhos sendo provido pelas mulheres e patrilinearidade. Por outro lado, as economias de base agrícola têm maior probabilidade de ser igualitárias. " (LEAKEY & LEWIN, 1979, p. 210)

Assim, notável que o papel masculino de caçador e distribuidor da carne foi transposto para o papel masculino de comedor de carne, explicando o papel da carne como símbolo do domínio masculino. Este ciclo de objetualização, fragmentação e consumo de animais não-humanos tem trajetória paralela com a opressão feminina. A objetualização permite ao opressor ver outro ser como um objeto, e assim usá-lo da forma como julga melhor, exemplo disto sendo o estupro cometido contra mulheres ao lhes ser negada a liberdade de dizer não. O consumo, último estágio, é a efetivação da opressão, a aniquilação da vontade, da identidade separada. A vaca, até então um animal não-humano, deixa de se chamar "vaca" para ser "hambúrguer" ou "bife". O porco se torna "bacon" ou "salsicha". (ADAMS, 2012).

A opressão está demonstrada na falsidade dos termos patriarcais. Do mesmo modo que as feministas proclamam que estupro é violência e não sexo, os vegetarianos querem dar nome à violência do consumo da carne. Os dois grupos contestam as palavras comumente usadas. A redundância do termo "estupro violento" destaca o papel da linguagem na dissimulação da violência, neste caso com um adjetivo desviando a atenção da violência inerente ao significado do substantivo:

> "O adjetivo confere certa benignidade à palavra "estupro". Do mesmo modo, o termo "abate humanitário" confere uma certa benignidade a palavra "abate". O uso de termos para rotular atividades como o oposto do que elas são promove um desfocamento que relativiza esses atos de violência. Da mesma forma que todos os estupros são violentos, todo abate de um animal para a produção de carne é desumano, independente da forma como é chamado. (BEARD, 1972, p. 272)

O consumo de carne é para os animais o que o racismo dos brancos é para os negros; o que o antissemitismo é para o povo judeu; o que a homofobia é para gays e lésbicas, e a misoginia é para as mulheres. Todos são oprimidos por uma cultura que não quer assimilá-los plenamente em seus termos e com seus direitos (ADAMS, 2012). A cultura dominante tende a silenciar aquilo que foge a sua regra, em uma verdadeira teoria do domínio-silenciamento. Os grupos silenciados precisam mediar suas crenças com as formas permissíveis das estruturas dominantes. Com o silenciamento de suas vozes, as mulheres e aqueles que defendem os animais não-humanos são frustrados em suas tentativas de desmascarar a violência (SHOWALTER, 1985).

No mundo patriarcal, defender os animais não-humanos não é um pensamento comum. Zora Neale Hurston demonstra isto em seu romance "*Seus Olhos Viam Deus"*, onde a heroína Janie elogia o marido, depois deste comprar uma mula velha e explorada com o único propósito de evitar que ela sofra mais maus-tratos:

> "Janie enquadra essa ação do marido dentro da tradição dos libertadores: "soltando a mula você agiu como um grande homem. Um George Washington e um Lincoln". Assim, Janie amplia o significado das ações do marido para que esse significado contenha uma importância política, e ainda conclui: "é preciso ter poder para libertar as coisas"." (HURSTON, 1965, p. 51)

A voz silenciada de Janie é ouvida e respondida, porém apenas quando proclama seu marido um libertador. Um convidado, ao ouvir seu discurso, fala: *"sua mulher é uma oradora nata. Starks. Nunca ouvimos nada assim antes. Ela disse exatamente o que a gente pensa"*. Mas o aplauso é indireto: quem é cumprimentado é seu marido, e Janie é apenas o recipiente indireto do reconhecimento por levantar contra as crenças dominantes uma voz silenciada. Ela continua sendo um objeto que reflete a glória do marido. A voz de Janie nada mais é que uma voz feminina silenciada em um mundo masculino (ADAMS, 2012).

Como analisado na comparação entre especismo e sexismo, a linguagem foi criada pelos homens, detentores do discurso público e dominantes. Sendo então a linguagem criação do opressor, nada mais lógico que a tentativa de silenciar a voz feminina, vista como ser inferior. A noção de mulher silenciada, na cultura patriarcal, fica ainda mais nítida no

momento que temos uma mulher em posição de poder, porque uma figura dominante feminina vai contra a teoria do domínio-silenciamento imposto pelo patriarcado.

4.3. FONTES DE OPRESSÃO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O processo de *impeachment* da Presidente do Brasil Dilma Rousseff, questão processual ainda aberta, iniciou-se com a aceitação, em 02 de dezembro de 2015, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. As acusações versam sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da Presidente, além de lançarem suspeitas de envolvimento da mesma em atos de corrupção da Petrobrás, que têm sido objeto de investigação da Política Federal, no âmbito da Operação Lava Jato.

A partir da aceitação do pedido, formou-se uma comissão especial na Câmara dos Deputados, a fim de decidir sobre sua admissibilidade. O relatório da comissão foi favorável ao impedimento da presidente Dilma: 38 deputados aprovaram o relatório e 27 se manifestaram contrários. Em 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório com 367 votos favoráveis e 137 contrários. O parecer da Câmara foi imediatamente enviado ao Senado, que também formou sua comissão especial de admissibilidade, com relatório aprovado por 15 votos favoráveis e 05 contrários. Em 12 de maio de 2016 o Senado aprovou, por 55 votos contra 22, a abertura do processo de, afastando Dilma Rousseff da presidência, assumindo interinamente o então Vice-Presidente Michel Temer.

Durante as manifestações contra o governo Dilma, um fato foi muito comum: invés de ofensas dirigidas as suas políticas governamentais, as ofensas foram dirigidas a sua condição de mulher. Adjetivos patriarcais especistas e sexistas foram utilizados para defini-la, como os termos “vaca” e “cadela”, com o mesmo intuito já citado anteriormente: tirar o protagonismo da mulher e torná-la mero sujeito passivo da sociedade. A crítica política nas manifestações deu lugar à misoginia, inclusive com adesivos da imagem da Presidente

contendo simulações de estupro, que renderam nota de repúdio da ONU contra a misoginia e apologia de violência sexual[1].

O discurso opressor mostra que pouco importa o teor da denúncia contra a Presidente, como demonstrou a votação na Câmara dos Deputados. Nenhum deputado citou, em suas razões a votação favorável ao *impeachment*, o suposto crime de responsabilidade que embasava o relatório. A esmagadora maioria utilizou um simbólico argumento para votar "sim": *"em nome da família brasileira"*. O simbolismo da família está no centro da sociedade patriarcal, com a figura de um homem como ser dominante e uma mulher como ser inferior e submisso, dentro do cenário especista e sexista tradicional. Dilma Rousseff não se encaixa nesse modelo de família patriarcal. Além de não possuir um marido de seu lado, ela não se encaixa na figura de mulher "bibelô", meramente decorativa ao lado de um homem poderoso (MORENO, 2016). Ela não é um objeto que reflete a glória do marido, mas sim a própria glória de uma líder política julgada, desqualificada e agredida verbalmente simplesmente por ser mulher.

A figura de uma mulher no poder incomoda justamente por ir contra o modelo feminino imposto socialmente. Em abril do ano de 2016, uma polêmica reportagem da Revista Veja[2] traz Marcela Temer, esposa do então Vice-Presidente Michel Temer, em sua capa, atribuindo a mesma os adjetivos "bela", "recatada" e "do lar", construindo um estereótipo de que o lugar da mulher na política é exatamente este: ao lado do marido, com roupas sóbrias para não roubar a atenção daquele que deve tê-la, com vestidos e saias até o joelho que demonstram consonância com os valores e à moral familiar, e imersas no espaço privado do lar, local este de onde nunca deveria ter saído (MARTINS & CIPRIANI, 2016).

Independente de erros e acertos em seu governo, Dilma Rousseff está a frente de um projeto político que ameaça os privilégios patriarcais que estes políticos, homens brancos e tradicionais, não querem perder. O voto "sim" não deixa de ser um "sim" pela manutenção destes privilégios de gênero, raça e classe.

Ainda necessário destacar, sobre a família patriarcal, a relevância de se compreender os lugares sociais das mulheres na nessa sociedade brasileira. Dada a sub-representação feminina na política institucional, com cerca de 10% de deputadas e 13% de senadoras, é necessário entender a noção de feminilidade imposta pela sociedade, que afasta as mulheres da política, colocando-as como sombras de seus maridos detentores do poder, como uma

[1] Para maiores informações: http://www.ebc.com.br/noticias/2015/07/ministros-e-onu-mulheres-repudiam-ofensas-sexistas-dilma
[2] Reportagem na íntegra: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar

espécie de prêmio simbólico reduzido à sua própria beleza, dentro da teoria de domínio-silenciamento (MARTINS & CIPRIANI, 2016).

O cenário político brasileiro reflete a figura de mulher padrão aceita pela sociedade. Como um complemento do homem, ela precisa estar voltada a manutenção do lar e perpetuação da espécie, enquanto seu marido é a figura de destaque e detentor do poder da linguagem. Essa sociedade jamais reconheceria uma mulher em cargos de poder, dado que entende que é ao homem que cabe o hábito de se impor, pois ele é a figura chave da humanidade, detentor dos privilégios em decorrência de sua natural superioridade (MARTINS & CIPRIANI, 2016).

O patriarcado também pode ser encarado como um pacto masculino para garantir o poder dos homens sobre as mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria masculina a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004). Pensando em como o governo Dilma ficou refém de um Congresso formado por homens em posição de privilégio, é possível ainda associar o elemento patriarcal na luta pela governabilidade. A derrubada de uma mulher do poder, ainda que temporária, eleita esta democraticamente, reafirma simbolicamente que o poder não é para mulheres, mas sim monopólio dos homens. Da mesma forma com que os homens detinham o discurso político e criaram uma linguagem universal, especista e sexista, querem definir não apenas a linguagem do poder, mas quem pode ocupar cargos de poder.

Dentro desse quadro, simbolismo ainda maior ocorreu com a nomeação dos Ministérios do governo interino de Michel Temer, primeiro desde a ditadura militar sem um Ministério chefiado por mulheres, composto exclusivamente por homens brancos conservadores, com projetos visando endurecer a legislação do aborto e limitar o acesso a métodos contraceptivos (SOARES, 2016). Além disso, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi extinto[3], tendo os temas referentes à antiga pasta sido realocados para o Ministério da Justiça e Cidadania.

As mudanças provocadas pelo governo interino preocupam a ONU Mulheres, tendo nos últimos anos o Brasil se destacado internacionalmente pelo avanço em suas políticas públicas e legislações de defesa dos direitos das mulheres. Entre os destaques, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar;

[3] Fonte: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2016&jornal=1000&pagina=3&totalArquivos=10

Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e o programa "Mulher, Viver sem Violência", que integra e amplia serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência[4].

São tempos difíceis para as mulheres. Do especismo ao sexismo, os modelos de opressão são os mesmos: uma estrutura patriarcal dominante que acredita ser o poder um monopólio seu de direito. Uma estrutura que torna animais e mulheres seres inferiores e dignos de dominação. O cenário político atual se assemelha muito a história do consumo da carne: é propriedade exclusiva de homens. Invés de reafirmar a imagem negativa animal criada pela linguagem opressora, as mulheres deveriam abraçar a luta contra o especismo e entender que sua relação com o sexismo é bilateral. A forma de vencer o patriarcado opressor não é dizendo: "a carne também é minha", mas sim utilizando a lógica contrária: "eu como plantas. Eu vim para desestabilizar o consumo patriarcal". Por analogia, Dilma não deverá fazer a política tradicional sexista de um Congresso formado por masculino e privilegiado, mas sim mostrar que seu caminho é outro, de uma nova política: a política feminista.

[4] Fonte: https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-preservacao-das-politicas-de-defesa-dos-direitos-das-mulheres-no-brasil/

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oriundos de uma linguagem totalmente masculina, o especismo e o sexismo estão conectados em uma história de inferioridade, dominação e silenciamento. A ligação negativa entre adjetivos animais pejorativos e mulheres só será vencida no momento em que a luta feminista compreender a necessidade de engajamento na luta animal. Invés de reforçar essa negatividade imposta pelo discurso masculino, as mulheres deveriam virar o jogo, trazendo uma abordagem animal positiva e, assim, vencendo a metáfora. A libertação animal e a libertação feminina caminham juntas, sendo causas intrinsicamente conectadas desde o princípio.

A utilização de animais para o consumo traz consigo todo um conceito de especismo: animais humanos consideram-se tão superiores aos não-humanos que os utilizam para abate e consumo de sua carne, como se objetos fossem. Desde os tempos mais primórdios, o consumo da carne é monopólio de homens poderosos, a elite patriarcal, enquanto às mulheres, seres de segunda classe, restavam vegetais, frutas e grãos, considerados alimentos inferiores. Dessa forma, a distribuição de alimentos, historicamente, serviu para manter a dominância masculina em destaque.

Toda imagem negativa de uma espécie oprimida ajuda a manter outra espécie oprimida. Quanto mais cedo as mulheres entenderem isso, mais lutarão pela causa animal. Prova disso é o crescente número de feministas veganas. Obviamente ambas as lutas não tem uma conexão 100% plena. Contudo, a discussão gira em torno da mesma forma de opressão, que teve inicia com a domesticação e exploração de animais. O especismo é fruto de uma visão egocêntrica e destruidora do homem: que ele merece ser servido, seja por animais ou por mulheres.

O consumo de carne também serve de analogia a misoginia: significam, para animais e mulheres, opressão em nome de uma cultura que simplesmente se recusa a aceitá-los e assimilá-los plenamente como seres de direito. Silenciados, animais e mulheres jamais terão posições de poder, pois não são figuras dominantes dentro da sociedade patriarcal.

O processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff tem grande influência desse quadro de opressão. Como mulher dominante, ela não só vai contra o sistema patriarcal opressivo, que inferioriza a figura da mulher, mas como também não se encaixa no modelo padrão de mulher aceita na política: a esposa recatada, sombra do marido detentor do poder, peça decorativa de uma ideia tradicional de família. Dilma não é casada, e não parece se

importar com isso. No desfile da posse, leva ao seu lado outra mulher: sua filha. Duas mulheres, que dispensam figuras masculinas, lutando contra uma política tradicional e sexista. Diante disso, não restam dúvidas: a revolução será feminista ou não será.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A Política Sexual da Carne: A Relação entre o Carnivorismo e a Dominância Masculina**. São Paulo: Editora Alaúde, 2012.

BEARD, George M. **Sexual Neurasthenia [Nervous Exhaustion]: It's Hygiene, Causes, Symptoms and Treatment with a Chapter on Diet for the Nervous**. Nova York, Arno Press, 1972.

COATS, C. David. **Old MacDonald's Factory Farm: The Myth of the Traditional Farm and the Shocking Truth about Animal Suffering in Today's Agribusiness**. Nova York: Continuum, 1989.

DUNAYER, Joan. **Sexist Words, Speciesist Roots.** In: ADAMS & DONAVAN, Carol J. & Josephine. Animals & Women: Feminist Theoretical Explorations. Durham. Duke University Press, 1995.

FRYER, Marylin. **Male Chauvinism: A Conceptual Analysis.** In: BAKER, Robert. ELLISTON, Frederick. Philosophy and Sex. Nova York: Prometheus Books, 1975.
Á
FISHER, Elizabeth. **Woman's Creation: Sexual Evolution and the Shaping of Society.** Garden City, N.Y.: Anchor Press, 1979.

HALVERSON, John. **Animal Categories and Terms of Abuse.** California: University of California, 1976.

HURSTON, Zora Neale. **Their Eyes Were Watching God.** Connecticut: A Fawcett Premier Book, 1965.

LEIGHON, Lisa. ROODKOWSKY, Mary. **Who Really Starves: Women and World Hunger**. Nova York: Friendship Press, 1977.

MARTINS, Fernanda. Cipriani, Marcelli. **O Golpe da Família Patriarcal na Democracia Brasileira: Sejam Bem Vindas as Queridas Esposas Belas, Recatadas e "Do Lar"**. Disponível em: http://emporiododireito.com.br/o-golpe-da-familia-patriarcal-na-democracia-brasileira-sejam-bem-vindas-as-queridas-esposas-belas-recatadas-e-do-lar-por-fernanda-martins-e-marcelli-cipriani/ Acesso em: 1º/06/2016

MORENO, Tica. **Sobre um Golpe Patriarcal Televisionado.** Disponível em: http://frentebrasilpopular.com.br/artigos/sobre-um-golpe-patriarcal-televisionado-5810/ Acesso em: 03.06.2016

SAFFIOTI, Heleieth B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** Florianópolis: Expressão Popular, 2004.

SHOWALTER, Elaine. **Feminist Criticism in the Wilderness.** In: The New Feminist Criticism: Essays on Women, Literature and Theory. Nova York: Pantheon Books, 1985.

SIMOONS, Frederick J. **Eat Not This Flesh: Food Avoidances in the Old World.** Madison: University of Wisconsin, 1967.

TODASCO, Ruth. **An Intelligent Woman's Guide to Dirty Words: English Words and Phrases Reflecting Sexist Attitudes toward Women in Patriarchal Society, Arranged According to Usage and Idea.** Chicago: Loop Center YWCA, 1973.